

DFP

Demonstrações Financeiras Padronizadas

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Data Entrega: 22/03/2018

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer dos Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Proposta de Orçamento de capital

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DADOS GERAIS

Nome Empresarial:	CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
Nome Empresarial Anterior:	
CNPJ:	10.531.501/0001-58
Código CVM:	02226-8
Data de Reg. na CVM:	22/11/2010
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	22/11/2010
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	12/11/2008
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.cart.invepar.com.br

TIPO DE REGISTRO

Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria B
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado Holding
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	22/11/2010
Data de Início da Situação:	22/11/2010
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR

Setor de Atividade:	Serviços Transporte e Logística
Descrição da Atividade:	Concessionária de rodovias.

CANAIS DE DIVULGAÇÃO

Nome do Canal	UF do canal
Diário do Estado	SP

ENDEREÇO DA SEDE

Logradouro:	Avenida Issa Marar, nº 2-200	Complemento:	nº 2-200
Bairro:	Parque Res Samambaia	CEP:	17018-002
País:	Brasil	UF:	SP
Município:	Bauru		
DDD:	14	Telefone:	3104-2300
DDD:	14	FAX:	3104-2300
Email:	dri@cart.invepar.com.br		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Logradouro:	Avenida Issa Marar, nº 2-200	Complemento:	nº 2-200
Bairro:	Parque Res Samambaia	CEP:	17018-002
País:	Brasil	UF:	SP
Município:	Bauru		
DDD:	14	Telefone:	3104-2300
DDD:	14	FAX:	3104-2300
Email:	dri@cart.invepar.com.br		

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:

Grant Thornton Auditores Independentes

CPF / CNPJ:	10.830.108/0001-65	Código CVM:	01127-4	Tipo:	Juridica
-------------	--------------------	-------------	---------	-------	----------

Responsável Técnico

Início contratação serviço:	01/04/2016	Fim contratação serviço:	
Nome:	Ana Cristina Linhares Areosa	CPF/CNPJ:	013.083.117-45
Início:	01/04/2016	Fim:	

ESCRITURADOR DE AÇÕES

UF	Município	Telefone	
SP	São Paulo	(11) 3303-9285	
Nome:	Itaú Corretora de Valores	CNPJ:	61.194.353/0001-64
Data Inicial:	06/10/2010	Data final:	
São Paulo			
Logradouro:	Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400,		
Complemento:	3º andar	Bairro:	Itaim Bibi
Município:	São Paulo	UF:	SP
País:	Brasil	CEP:	04538-132
DDD:	11	Telefone:	3303-9285
DDD:	11	Fax:	3303-9285
Email:	atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome		Tipo	
João Garcia Couri Neto		Diretor de Relações com Investidores	
Nome:	João Garcia Couri Neto	CPF/CNPJ:	029.862.666-73
Data Inicial:	21/10/2014	Data final:	
Endereço para Correspondência			
Logradouro:	Av, Issa Marar, nº 2-200		
Complemento:		Bairro:	Parque Res Samambaia
Município:	Bauru	UF:	SP
País:	Brasil	CEP:	17018-002
DDD:	14	Telefone:	3104-2300
DDD:	14	Fax:	3104-2300
Email:	dri@cart.invepar.com.br		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

Contato	Data Inicial	Data Final
Rodrigo de Oliveira Torres	24/03/2017	31/12/2017

Rio de Janeiro

Logradouro:	Avenida Almirante Barroso nº 52		
Complemento:	30º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-003
DDD:	21	Telefone:	2211-1300
DDD:	21	Fax:	2211-1300
Email:	invest@invepar.com.br		

Contato	Data Inicial	Data Final
João Garcia Curi Neto	01/01/2018	

Bauru

Logradouro:	Av, Issa Marar, nº 2-200		
Complemento:	nº 2-200	Bairro:	Parque Res Samambaia
Município:	Bauru	UF:	SP
País:	Brasil	CEP:	17018-002
DDD:	14	Telefone:	3104-2300
DDD:	14	Fax:	3104-2300
Email:	dri@cart.invepar.com.br		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Unidade) 31/12/2017

Do Capital Integralizado

Ordinárias 1.303.481.227

Preferenciais 1.303.481.227

Total 2.606.962.454

Em Tesouraria

Ordinárias 0

Preferenciais 0

Total 0

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
1	Ativo Total	2.285.996	2.310.444	2.329.419
1.01	Ativo Circulante	67.060	45.158	87.719
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	41.531	20.881	14.227
1.01.02	Aplicações Financeiras			48.693
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo			48.693
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda			
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.01.03	Contas a Receber	18.631	17.652	16.672
1.01.03.01	Clientes			
1.01.03.02	Outras Contas a Receber			
1.01.04	Estoques	2.064	1.186	2.661
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.153	3.498	3.511
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar			
1.01.07	Despesas Antecipadas			
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.681	1.941	1.955
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros	1.681	1.941	1.955
1.02	Ativo Não Circulante	2.218.936	2.265.286	2.241.700
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.802	166.427	163.213
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo			
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação			
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda			
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			

1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.02.01.03	Contas a Receber	17.412	16.260	15.589
1.02.01.03.01	Clientes			
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.412	16.260	15.589
1.02.01.04	Estoques			
1.02.01.05	Ativos Biológicos			
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.861	149.638	147.095
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.861	149.638	147.095
1.02.01.07	Despesas Antecipadas			
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	520	520	520
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	520	520	520
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas			
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores			
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas			
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9	9	9
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.02.02	Investimentos			
1.02.02.01	Participações Societárias			
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas			
1.02.02.01.02	Participações em Controladas			
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto			
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias			
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			
1.02.03	Imobilizado	6.640	9.282	13.614
1.02.03.01	Imobilizado em Operação			
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento			
1.02.04	Intangível	2.189.494	2.089.577	2.064.873

1.02.04.01	Intangíveis			
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			
1.02.05	Diferido			
1.01.08.03.01	Adiantamentos Diversos	1.677	1.915	1.938
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	4	26	17
1.01.08.03.03	Outros			

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
2	Passivo Total	2.285.996	2.310.444	2.329.419
2.01	Passivo Circulante	224.482	191.150	868.349
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.596	8.846	7.542
2.01.01.01	Obrigações Sociais			
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.596	8.846	7.542
2.01.02	Fornecedores	28.465	7.369	17.596
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais			
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.792	3.769	4.482
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais			
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar			
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	159.038	158.763	827.181
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	141.779	140.223	818.608
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	141.779	140.223	818.608
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.01.04.02	Debêntures	17.259	18.540	8.573
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.01.05	Outras Obrigações	24.591	12.403	11.548
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.585	4.409	2.438
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas			
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	15.585	4.409	2.438
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.01.05.02	Outros	9.006	7.994	9.110
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar			

2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.01.06	Provisões			
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.02	Outras Provisões			
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	1.532.096	1.606.470	984.136
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.387.709	1.479.322	865.909
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	467.638	571.806	
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	467.638	571.806	
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira			
2.02.01.02	Debêntures	920.071	907.516	865.909
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.02.02	Outras Obrigações	143	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143	143
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			143
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			

2.02.02.02	Outros			
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.03	Tributos Diferidos			
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			
2.02.04	Provisões	100.703	81.260	70.136
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.331	4.619	2.332
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais			
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.986	2.404	676
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.345	2.215	1.656
2.02.04.02	Outras Provisões	94.372	76.641	67.804
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	43.541	45.745	47.948
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	43.541	45.745	47.948
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido	529.418	512.824	476.934
2.03.01	Capital Social Realizado	1.180.000	1.162.500	984.000
2.03.02	Reservas de Capital	205.000		
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			

2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	205.000		
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros			
2.03.04.01	Reserva Legal			
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar			
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros			
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto			
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-855.582	-649.676	-507.066
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes			
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	470	437	415
2.01.05.02.05	Outros	53	19	1.737
2.01.05.02.06	Receita Diferida	8.483	7.538	6.958
2.01.06.01.05	Provisões Contas a Pagar			
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	94.372	76.641	67.804
2.02.06.02.01	Receita Diferida	43.541	45.745	47.948

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	528.274	406.449	427.457
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-393.767	-306.036	-350.945
3.03	Resultado Bruto	134.507	100.413	76.512
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-37.489	-38.348	-59.295
3.04.01	Despesas com Vendas			
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36.659	-39.909	-40.483
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos			-19.262
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	120	1.735	475
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-950	-174	-25
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	97.018	62.065	17.217
3.06	Resultado Financeiro	-158.148	-207.218	-243.446
3.06.01	Receitas Financeiras	11.186	17.832	17.561
3.06.02	Despesas Financeiras	-169.334	-225.050	-261.007
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-61.130	-145.153	-226.229
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-144.776	2.543	2.982
3.08.01	Corrente			
3.08.02	Diferido	-144.776	2.543	2.982
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-205.906	-142.610	-223.247
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas			
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas			
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-205.906	-142.610	-223.247
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.01.01	Receita de pedagio e acessorias	334.060	291.951	270.630
3.01.02	Receita de construção	194.214	114.498	156.827
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-201.476	-192.691	-195.671
3.02.02	Custo de construção	-192.291	-113.345	-155.274
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-36.659	-34.041	-33.909
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores		-1.081	-1.152
3.99.01.01	ON	0	0	0
3.99.01.02	PN	0	0	0
3.99.02.01	ON	0	0	0
3.99.02.02	PN	0	0	0
3.04.02.03	Depreciação		-4.787	-5.422

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-205.906	-142.610	-223.247
4.02	Outros Resultados Abrangentes			
4.03	Resultado Abrangente do Período	-205.906	-142.610	-223.247

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	243.444	183.042	150.594
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	217.530	182.655	151.991
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	25.914	2.102	-2.430
6.01.03	Outros		-1.715	1.033
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-182.527	-72.648	-202.373
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.267	-103.740	44.002
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes			
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20.650	6.654	-7.777
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.881	14.227	22.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	41.531	20.881	14.227
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-61.130	-145.153	-226.229
6.01.01.02	Margem de construção	-1.923	-1.153	-1.553
6.01.01.03	Depreciação e amortização	97.084	95.117	91.622
6.01.01.04	Baixa de imobilizado e intangível	1.277	386	21.401
6.01.01.05	Variações monetárias, cambiais e encargos - liquido	160.243	224.235	244.183
6.01.02.01	Contas a receber de terceiros	-206	-1.332	-1.173
6.01.02.02	Estoques	-878	1.475	-701
6.01.02.03	Impostos a recuperar	345	13	62
6.01.02.04	Outras contas a receber			
6.01.02.05	Adiantamentos	238	23	-523
6.01.02.06	Partes relacionadas	11.198	1.962	1.327
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-1.152	-671	-4.025
6.01.02.08	Despesas antecipadas			
6.01.02.09	Fornecedores	21.096	4.100	1.298
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	-465	-713	997
6.01.02.11	Salários e encargos sociais a recolher	238	1.304	-22

6.01.02.12	Provisão para manutenção			
6.01.02.13	Receita diferida	945	719	4.749
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	-5.480	-4.778	-4.419
6.02.01	Aplicações financeiras	11.186	56.401	-55.327
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-1.106	-463	-4.953
6.02.03	Aquisição de intangível	-192.607	-128.586	-142.093
6.03.01	Captação de empréstimos e mútuos	40.098	30.000	
6.03.02	Pagamento de empréstimos e mútuos	-179.162	-155.710	-85.817
6.03.03	Juros pagos	-123.703	-156.530	-109.181
6.03.04	Debêntures emitidas			
6.03.05	Aumento de capital	222.500	178.500	239.000
6.01.01.06	Amortização custos de transação debêntures		-4.711	2.997
6.03.06	Custos de Transação - Debêntures			
6.01.01.07	Receita diferida	-2.204	-2.342	-5.061
6.01.01.08	Provisão para riscos	1.712	2.287	1.488
6.01.01.09	Provisão para devedores duvidosos	-773	352	630
6.01.01.10	Provisão para manutenção	17.731	8.837	18.065
6.01.02.15	Provisão para fornecedores			
6.01.01.11	Constituição de outorga variável	5.513	4.800	4.448
6.01.02.20	Outros	35		

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2017 à 31/12/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824
5.04	Transações de Capital com os Sócios	222.500	0	0	0	0	222.500
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	222.500	0	0	0	0	222.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-205.906	0	-205.906
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-205.906	0	-205.906
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes						

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	1.385.000	0	0	-855.582	0	529.418

01/01/2016 à 31/12/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						

5.03	Saldos Iniciais Ajustados	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	178.500	0	0	0	0	178.500
5.04.01	Aumentos de Capital	178.500	0	0	0	0	178.500
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-142.610	0	-142.610
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-142.610	0	-142.610
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes						
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						

5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824

01/01/2015 à 31/12/2015

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	745.000	0	0	-283.819	0	461.181
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	745.000	0	0	-283.819	0	461.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.000	0	0	0	0	239.000
5.04.01	Aumentos de Capital	239.000	0	0	0	0	239.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						

5.04.06	Dividendos							
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio							
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-223.247	0	-223.247	
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-223.247	0	-223.247	
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes							
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros							
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros							
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas							
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período							
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período							
5.05.03	Reclassificações para o Resultado							
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros							
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido							
5.06.01	Constituição de Reservas							
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação							
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação							

5.07	Saldos Finais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
------	---------------	---------	---	---	----------	---	---------

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	562.630	435.730	453.221
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	367.523	320.023	296.549
7.01.02	Outras Receitas	194.334	116.059	157.302
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios			
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	773	-352	-630
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-287.507	-207.037	-274.302
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.165		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-90.527	-91.360	-117.525
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.576	-2.332	-1.503
7.02.04	Outros	-193.239	-113.345	-155.274
7.03	Valor Adicionado Bruto	275.123	228.693	178.919
7.04	Retenções	-97.084	-95.117	-91.622
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-97.084	-95.117	-91.622
7.04.02	Outras			
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	178.039	133.576	87.297
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.186	17.832	17.561
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial			
7.06.02	Receitas Financeiras	11.186	17.832	17.561
7.06.03	Outros			
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	189.225	151.408	104.858
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	189.225	151.408	104.858
7.08.01	Pessoal	35.730	36.458	37.627
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.799	27.271	27.251
7.08.01.02	Benefícios	6.984	7.359	8.009
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.550	1.828	2.268
7.08.01.04	Outros	397		99

7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	189.783	32.206	28.474
7.08.02.01	Federais	166.261	16.165	13.846
7.08.02.02	Estaduais	5.605	439	108
7.08.02.03	Municipais	17.917	15.602	14.520
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	169.618	225.354	262.004
7.08.03.01	Juros	137.298	224.236	261.005
7.08.03.02	Aluguéis	284	646	977
7.08.03.03	Outras	32.036	472	22
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-205.906	-142.610	-223.247
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio			
7.08.04.02	Dividendos			
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-205.906	-142.610	-223.247
7.08.05	Outros			
7.01.02.01	Receita de Construção	194.214	114.498	156.827
7.01.02.02	Outras	120	1.561	475
7.02.04.01	Custo de construção	-192.291	-113.345	-155.274
7.02.04.20	Outros Custos	-948		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
1.01.08.03.01	Adiantamentos Diversos	1.677	1.915	1.938
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	4	26	17
1.01.08.03.03	Outros			

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-205.906	-142.610	-223.247
4.02	Outros Resultados Abrangentes			
4.03	Resultado Abrangente do Período	-205.906	-142.610	-223.247

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2017 à 31/12/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824	0	512.824
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824	0	512.824
5.04	Transações de Capital com os Sócios	222.500	0	0	0	0	222.500	0	222.500
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	222.500	0	0	0	0	222.500	0	222.500

5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-205.906	0	-205.906	0	-205.906
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-205.906	0	-205.906	0	-205.906
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes								
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								

5.07	Saldos Finais	1.385.000	0	0	-855.582	0	529.418	0	529.418
------	---------------	-----------	---	---	----------	---	---------	---	---------

01/01/2016 à 31/12/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934	0	476.934
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	984.000	0	0	-507.066	0	476.934	0	476.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	178.500	0	0	0	0	178.500	0	178.500
5.04.01	Aumentos de Capital	178.500	0	0	0	0	178.500	0	178.500
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-142.610	0	-142.610	0	-142.610

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-142.610	0	-142.610	0	-142.610
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes								
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	1.162.500	0	0	-649.676	0	512.824	0	512.824

01/01/2015 à 31/12/2015

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	745.000	0	0	-283.819	0	461.181	0	461.181
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	745.000	0	0	-283.819	0	461.181	0	461.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.000	0	0	0	0	239.000	0	239.000
5.04.01	Aumentos de Capital	239.000	0	0	0	0	239.000	0	239.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-223.247	0	-223.247	0	-223.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-223.247	0	-223.247	0	-223.247

5.05.02	Outros Resultados Abrangentes								
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934	0	476.934

19 de março de 2018.

À: Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

At.: Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis nº REL/2018 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Prezados (as) Senhores (as),

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sas. as Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Ana Cristina Linhares Areosa

Sócia

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

Página

Relatório do Auditor Independente 3

Demonstrações contábeis 6

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 13

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

Bauru SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 1.a., 8 e 9 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 205.906 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 157.422 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos e debêntures no montante de R\$ 159.038 mil. Conforme apresentado nas Notas explicativas nº. 1.a., 8 e 9, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nestas mesmas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfase

Investigação do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.b às demonstrações contábeis, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem qualquer ajuste que possam advir dessas investigações. Nossa

demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Procedimento Arbitral

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nºs. 12 e 25 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Tanto a Companhia quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o Corpo de Árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas. Em 17 de outubro de 2017, a Companhia e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Até o momento, não foram apresentadas as alegações iniciais pela requerente (OAS). Dessa forma, os advogados da Companhia não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, pois, nesse momento, não têm elementos suficientes para essa avaliação. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionados à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 Intangível, a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados aos contratos de concessão, que representam aproximadamente 89% do total dos ativos. Esses valores estão diretamente ligados aos investimentos realizados pela Companhia na concessão das operações da Rodovia Raposo Tavares. Em 31 de dezembro de 2017, a situação financeira da Companhia, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2016.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis. Além disso, na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também revisamos as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais conservador e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais conservador.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que totalizavam R\$ 79.978 mil, consubstanciado com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis dessa Companhia.

Esse tema foi considerado como principal assunto de auditoria, pois na elaboração dessas projeções, a Administração utiliza premissas complexas e subjetivas, como estimativa de crescimento econômico, taxa de juros, inflação, entre outras métricas, que podem afetar de forma significativa a capacidade de geração de base tributável futura, além das próprias premissas e julgamentos por parte da administração que podem não se confirmar.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e o teste da metodologia utilizada pela Administração para realização de suas projeções. Com o apoio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, discutimos com a Administração da Companhia a razoabilidade das premissas significativas utilizadas, de acordo com os orçamentos aprovados pela Administração, incluindo as taxas de desconto, de crescimento de receitas e margens no

período projetado e na perpetuidade, comparando os cálculos com as informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com a estimativa de geração de lucro tributário futuro.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as projeções realizadas e os impairments constituídos são razoáveis, estando consistentes com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, no contexto da elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 S - SP
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Arquivo inexistente

Declaração os Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 19 de março de 2018, referente às demonstrações financeiras relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



RELATÓRIO DA **ADMINISTRAÇÃO**

2017



UMA EMPRESA

invepar
RODOVIAS

ÍNDICE

1. AOS ACIONISTAS.....	3
2. A CART	3
3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
4. GESTÃO ESTRATÉGICA	5
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	5
RECURSOS HUMANOS	5
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	5
PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS.....	6
PERSPECTIVAS.....	6
5. DESEMPENHO OPERACIONAL	6
DESEMPENHO OPERACIONAL	7
DESTAQUES OPERACIONAIS	7
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	7
RECEITA OPERACIONAL	8
CUSTOS E DESPESAS	8
EBITDA & MARGEM EBITDA	9
RESULTADO FINANCEIRO	9
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO.....	9
DISPONIBILIDADE & ENDIVIDAMENTO	10
INVESTIMENTOS	10
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
AUDITORIA INDEPENDENTE.....	11
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	11
AGRADECIMENTOS.....	11

1. AOS ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V. Sas e do mercado as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

2. A CART

A CART é uma Companhia nacional de capital aberto, listada na BM&FBOVESPA com nível 2 de governança corporativa e registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob a categoria B, sem ações negociáveis no mercado e com debêntures emitidas em dezembro de 2012 (com vencimento em dezembro de 2024), signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, e tem sua cultura, valores e princípios pautados por respeito, ética e transparência em todas as suas relações.

O início da operação deu-se em 2009, após consórcio formado pelas empresas Construtora OAS Ltda. (“Grupo OAS”) e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”) ter sido vencedor da concorrência pública internacional que transferiu à CART a administração do denominado Corredor Raposo Tavares, constituído pelas rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, pelo prazo de 30 anos.

O trecho sob administração da CART está compreendido entre os municípios de Bauru e Presidente Epitácio, que, em seu eixo principal, possui 444 quilômetros de extensão. Além disso, a CART também realiza a manutenção de estradas vicinais, que corresponde a 389 quilômetros, totalizando 834 quilômetros de rodovias, passando por 34 municípios.

O Corredor CART é uma das principais vias de trânsito de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizado o porto de Paranaguá.

A CART é controlada em sua totalidade pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”), que em 2017, por meio de suas concessões, administrou 2.337 quilômetros de rodovias. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN”), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), a Concessionária BR 040 S.A. (“Via 040”). No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport”) e tem como sócios a Airports Company South Africa (“ACSA”) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”). GRU Airport se mantém como o maior aeroporto da América do Sul em volume de passageiros, movimentou mais de 37,8 milhões de passageiros em 2017. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio”) e a Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), ambas na cidade do Rio de Janeiro.

Além das concessões mencionadas, a Invepar possui a MetrôBarra S.A. (“MetrôBarra”), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que são utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro. Com sua entrada em operação em 2016, o MetrôRio passou a ser o prestador de serviços para sua operação. A construção da Linha 4 é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração.

3. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A CART atravessou mais um ano cheio de desafios para o setor de infraestrutura, encerrando um importante ciclo de obras de duplicação, obtendo ganhos de eficiência operacional e redução de custos devido ao projeto de reestruturação do Grupo Invepar, através do compartilhamento de estruturas e negociações centralizadas na matriz.

Após 2 anos de recessão, em que foram registradas duas quedas consecutivas de 3,5% no Produto Interno Bruto (“PIB”), a economia nacional mostrou uma tímida recuperação ao longo do ano e o PIB apresentou crescimento de 1,0% em 2017 segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”). Apesar do resultado positivo, a economia nacional retornou, em termos reais, ao patamar observado no primeiro semestre de 2011¹. Ainda de acordo com o IBGE, a taxa de investimento em 2017 caiu para 15,6% de 16,1% observado no ano anterior.

A taxa de desemprego¹ finalizou 2017 em 11,8%, obtendo uma pequena melhora em relação ao fechamento de 2016, que ficou em 12%. Entretanto, em relação à média anual, a taxa de desocupação passou de 11,5% em 2016 para 12,7% em 2017, o que representou a maior taxa da série histórica.

A inflação oficial, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), em doze meses, alcançou 2,94% em dezembro de 2017, configurando uma queda de 3,35 pontos percentuais sobre o índice alcançado em dezembro de 2016¹. Esta queda reflete o baixo nível de atividade econômica no país, apesar da pequena recuperação no ano.

Apesar de todas as dificuldades e desafios encontrados ao longo do ano, a CART concluiu as obras de duplicação da SP-225, reafirmando seu compromisso com a sociedade e cumprindo com suas obrigações contratuais. A duplicação dos 37 km promoveu maior agilidade e fluidez ao tráfego além de garantir mais segurança para os usuários.

Todo esse esforço tem sido observado pelas instituições competentes, garantindo o reconhecimento da qualidade no serviço prestado pela CART. Fomos reconhecidos pelo nosso trabalho e recebemos, em abril de 2017, o prêmio “Relacionamento com a Sociedade” no evento “Concessionária do ano de 2016”. Ainda no mesmo ano, em junho, a empresa foi premiada na 23ª edição do Prêmio FIESP Mérito Ambiental em que recebeu menção honrosa na categoria “Destaque Responsabilidade Socioambiental” com o Projeto “Seguindo em Frente”.

A CART fechou o ano de 2017 com Receita Líquida Ajustada de R\$ 334,1 milhões, 14,4% superior ao ano anterior. Este crescimento ocorreu, principalmente, devido à celebração de novo contrato de permissão e uso da faixa de domínio com empresas do setor de telefonia, o que gerou aumento da receita acessória. A obtenção de novas receitas acessórias demonstra o sucesso da estratégia da Companhia em explorar o potencial de seu negócio, em um ano ainda de retomada do crescimento.

A CART conseguiu aumentar em 27,3% o EBITDA Ajustado em relação a 2016. Seu EBITDA Ajustado somou R\$ 209,9 milhões frente aos R\$ 164,9 milhões em 2016. Esse resultado positivo ocorreu devido ao aumento das receitas tarifária e acessória, em função do reajuste e reclassificação citados anteriormente e devido à assinatura de novos contratos, respectivamente.

O Resultado do Exercício de 2017 foi de R\$ 205,9 milhões negativos, resultado que foi 44,4% pior do que o apurado em 2016.

¹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

4. GESTÃO ESTRATÉGICA

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo Invepar objetiva, através da Governança Corporativa, estabelecer critérios de controle e padronização de procedimentos nas suas Companhias, reduzindo, assim, riscos de fraude, abusos de poder ou conflitos de interesse em qualquer esfera da organização.

A CART acredita que a ética é fundamental para o desenvolvimento de seu negócio e o crescimento profissional de seus colaboradores. Por isso, todas as suas ações são baseadas no Código de Ética do Grupo Invepar.

O Código de Ética do Grupo Invepar orienta a conduta dos seus colaboradores e fornecedores a fim de prevenir a prática de irregularidades, desvios e atos ilícitos, orientando-os a observar, no trato com seus *stakeholders*, os seguintes valores e princípios gerais: Pessoas e Equipes, Honestidade, Responsabilidade Socioambiental, Empreendedorismo, Comprometimento, Respeito e Inovação.

Como mecanismo de controle, o Grupo Invepar mantém ativo canal de denúncias gerenciado por empresa externa e especializada, com o objetivo de garantir anonimato e eficiência no processamento das denúncias.

RECURSOS HUMANOS

O desenvolvimento do capital humano é um dos pilares estratégicos da CART. Para isso, é priorizada a contratação de mão-de-obra da região, seja ela própria ou de empresas parceiras. Também há investimento em treinamentos para capacitação e desenvolvimento dos colaboradores próprios e terceirizados. A CART encerrou o exercício de 2017 com 576 colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CART tem realizado um forte trabalho de recuperação do meio ambiente em todo o trecho de concessão, com iniciativas como: (i) convênio com entidades médico-veterinárias para recuperação e reabilitação de animais silvestres e domésticos; (ii) recuperação de 82 pontos de erosão; (iii) utilização de tintas à base de água nas obras de engenharia; (iv) reutilização de material fresado; (v) conscientização ambiental de colaboradores; (vi) manutenção da certificação da NBR ISO 14001:2004; (vii) realização do controle da fumaça preta em toda a frota diesel própria e de terceiros; (viii) gerenciamento de resíduos; (ix) realização de análises de potabilidade da água para consumo humano e monitoramento da qualidade da água de 30 rios ao longo de sua concessão; (x) atendimento a ocorrências de acidentes com produtos perigosos; (xi) redução de 5% no consumo de água; (xii) redução de 40% nas emissões de GEE.

Em relação à fauna, deu continuidade ao programa “Proteção à Fauna do Corredor Raposo Tavares”, através da implantação de 5 mil metros de telas de condução de fauna, contribuindo assim com a redução de 72% no índice de atropelamento da fauna silvestre nos trechos onde o programa já foi implantado pela Concessionária.

Quanto ao investimento social, a empresa em conjunto com o Instituto INVEPAR, seleciona projetos socioambientais a serem implementados nas regiões abrangidas pelo Corredor CART.

Visando uma aproximação maior junto aos usuários do Corredor CART, a Concessionária realizou 59 ações de Saúde & Cidadania nas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUs), no SEST/SENAT e na base da polícia militar rodoviária (PMRV) de Presidente Prudente, com o objetivo de aproximar os

motoristas a conhecerem os serviços da concessionária e orientar quanto aos cuidados com a Saúde. Dentro desta interface de saúde, em parceria com a Polícia Militar Rodoviária, a Concessionária passou a realizar em pontos estratégicos o evento intitulado Acorda Motorista, que tem como objetivo principal o caminhoneiro, além de oferecer testes de saúde, também recebem orientações sobre a importância dos cuidados com os equipamentos de segurança do caminhão, os que precisam de reparos nas faixas refletivas, recebem a troca gratuitamente no evento, no ano de 2017 participaram 5.558 pessoas.

Realizou 58 palestras, atendendo um público de 10.138 pessoas entre escolas e empresas, com temas variados e com foco em Segurança no Trânsito e ainda apoiou 3 projetos socioambientais aprovados no Edital do Instituto Invepar, denominados Formando Talentos, Bora Correr e Seguindo em Frente, nos municípios de Bauru, Espírito Santo do Turvo, Ibirarema e Santo Anastácio.

A CART está entre as 10 melhores Concessionárias de Rodovias do Estado de SP, ocupando a sexta posição no ranking divulgado pela ARTESP (Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo), órgão que regulamenta e fiscaliza o Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo. Em abril de 2017, a CART conquistou o troféu “Relacionamento com a sociedade” durante o evento Concessionária do ano 2016, promovido e realizado pela ARTESP. Ainda no mesmo ano, em junho, a empresa foi premiada na 23ª edição do Prêmio FIESP Mérito Ambiental em que recebeu menção honrosa na categoria “Destaque Responsabilidade Socioambiental” com o Projeto “Seguindo em Frente”.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A CART recebeu em Abril/17 o prêmio “Relacionamento com a sociedade” no evento “Concessionária do ano de 2016”, promovido pela ARTESP. Além do prêmio, a CART ficou entre as finalistas de outras duas categorias – “Segurança Rodoviária” e “Eficiência dos Serviços”.

PERSPECTIVAS

Após um forte período de investimentos operacionais cumprindo o contrato de concessão, garantindo a eficiência operacional e trazendo mais conforto e segurança para os usuários, a CART viveu um ano de importantes entregas em 2017. Em 2018 continuará seu processo de melhoria contínua através do compartilhamento das melhores práticas entre as empresas do grupo Invepar, garantindo a redução de custos e se preparando para aproveitar as oportunidades de uma retomada da economia, sempre visando a máxima eficiência operacional a fim de garantir total qualidade e segurança para os usuários.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte do Auditor Independente.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	2017	2016	▲
VEPs¹	49.529	49.752	-0,4%
Veículos Leves	16.138	15.533	3,9%
Veículos Pesados	33.391	34.219	-2,4%
Tráfego	24.052	23.571	2,0%
Veículos Leves	16.331	15.722	3,9%
Veículos Pesados	7.268	7.413	-2,0%
Veículos Isentos	453	436	3,7%
Tarifa Média (R\$)	6,66	6,21	7,3%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Em 2017, as nove praças de pedágio da CART registraram 49,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), frente aos 49,8 milhões registrados no ano anterior, representando uma ligeira queda de 0,4%. O principal motivo da queda foi a redução no número de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, resultado ainda da retração econômica vivida nos últimos anos. Já o número de VEPs leves atingiu 16,1 milhões, o que representou um crescimento de 3,9%, fruto de feriados prolongados, favorecendo o turismo, aliado a uma tímida melhora econômica no ano.

DESTAQUES OPERACIONAIS

Em Outubro/17, a CART oficializou a entrega das obras de duplicação da SP-225. A inauguração dos 37 km de trecho duplicado incluem a construção de duas faixas de rolamento, acostamento, sistema de drenagem, sinalização horizontal e vertical, obras complementares e canteiro central e alguns pontos com *new jersey* (mureta) para separar o fluxo de veículos nos dois sentidos da rodovia. O trecho também será monitorado 24h por meio das câmeras interligadas ao CCO – Centro de Controle Operacional da CART. A rodovia duplicada conta ainda com 82 telefones de emergência para uso dos motoristas que precisam de ajuda ou em casos de emergência.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CART apresenta suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ano de 2017 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados em relação ao exercício de 2016 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

A partir de julho de 2017, a tarifa de pedágio foi reajustada em 3,6% em média em suas praças de pedágio, conforme contrato de concessão. Além disso, em função da entrega de obras de duplicação, obtivemos reclassificação tarifária em algumas praças de pedágio.

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	2017	2016	▲
Receita Bruta	561.737	434.521	29,3%
Receitas com Pedágio	329.869	309.101	6,7%
Receitas Acessórias	37.654	10.922	244,8%
Receita de Construção (IFRS)	194.214	114.498	69,6%
Receita Bruta Ajustada¹	367.523	320.023	14,8%
Deduções da Receita Bruta	(33.463)	(28.072)	19,2%
Receita Líquida Ajustada¹	334.060	291.951	14,4%

¹ Descosidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 334,1 milhões em 2017, um crescimento de R\$ 42,1 milhões, ou 14,4% em relação ao ano anterior. O principal impacto na receita com pedágio ocorreu devido ao reajuste da tarifa básica das praças, vigente a partir de 1º de julho de 2017 com aumento médio de 3,4%, aliado a reclassificação tarifária na praça de pedágio (P9) fruto da conclusão de obras de duplicação. Em relação à receita acessória, a celebração de novos contratos de permissão e uso da faixa de domínio foi o principal motivo para o aumento de 244,8% em relação a 2016. Os contratos de maior representatividade estão relacionados a ocupações de passagens de fibras óticas na rodovia.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	2017	2016	▲
Custos & Despesas Operacionais	(431.256)	(344.384)	25,2%
Pessoal	(41.682)	(42.967)	-3,0%
Conservação & Manutenção	(26.676)	(29.980)	-11,0%
Operacionais	(29.130)	(31.371)	-7,1%
Outorga Variável	(5.513)	(4.800)	14,9%
Despesas Administrativas	(21.149)	(17.968)	17,7%
Custo de Construção (IFRS)	(192.291)	(113.345)	69,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(17.731)	(8.837)	100,6%
Depreciação & Amortização	(97.084)	(95.116)	2,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(221.235)	(222.202)	-0,4%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados^{1,2}	(124.151)	(127.086)	-2,3%

¹ Descosidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

² Descosidera os efeitos de depreciação e amortização.

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustados somaram R\$ 221,2 milhões em 2017, frente a R\$ 222,2 milhões no ano anterior, o que representou uma redução de 0,4% em relação ao ano anterior. Essa redução está relacionada a uma maior eficiência operacional, fruto do compartilhamento de estruturas do projeto de reestruturação do Grupo Invepar, o que permitiu menores custos operacionais (-7,1%), além da redução dos gastos com pessoal (-3,0%) e conservação e manutenção (-11,0%).

Desconsiderando os efeitos de depreciação e amortização, os custos e despesas operacionais ajustados totalizaram R\$ 124,2 milhões, uma redução de 2,3% em relação a 2016.

EBITDA & MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	2017	2016	▲
EBIT	97.017	62.065	56,3%
(+) Depreciação & Amortização	97.084	95.117	2,1%
EBITDA¹	194.101	157.182	23,5%
Margem EBITDA¹	36,7%	38,7%	-2,0 p.ps
Ajustes	15.808	7.685	31,0%
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	(194.214)	(114.498)	-69,6%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	192.291	113.345	69,7%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS) ¹	17.731	8.837	100,6%
EBITDA Ajustado¹	209.909	164.867	27,3%
Margem EBITDA Ajustado²	62,8%	56,5%	+6,3 p.ps

¹Instrução CVM Nº527/12;

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção;

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 209,9 milhões no ano de 2017, uma variação positiva de 27,3% em relação ao ano de 2016, quando o valor atingiu R\$ 164,9 milhões. A margem EBITDA Ajustada atingiu 62,8%, representando um aumento de 6,3 pontos percentuais em relação ao valor de 2016. O resultado positivo ocorreu devido ao aumento na receita acessória com a assinatura de novos contratos e o aumento da receita tarifária em função do reajuste e reclassificação citados anteriormente.

RESULTADO FINANCEIRO

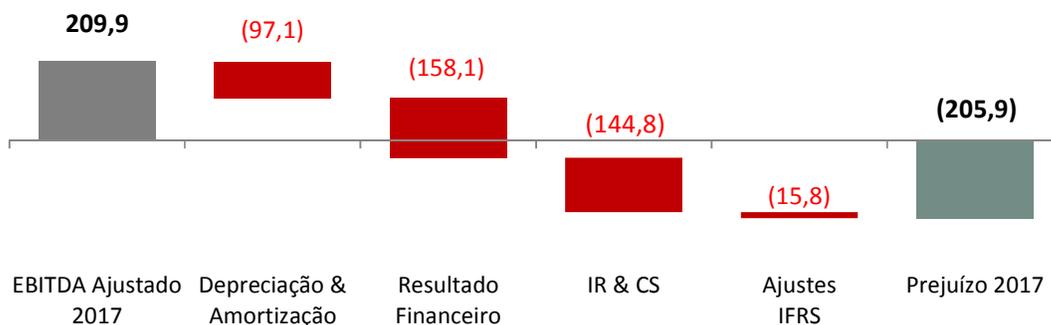
Resultado Financeiro (R\$ mil)	2017	2016	▲
Resultado Financeiro	(158.148)	(207.218)	-23,7%
Receitas Financeiras	11.186	17.832	-37,3%
Juros sobre Aplicações Financeiras	10.979	17.648	-37,8%
Outros	207	184	12,4%
Despesas Financeiras	(169.334)	(225.050)	-24,8%
Juros sobre empréstimos	(61.279)	(76.018)	-19,4%
Juros sobre debêntures	(64.259)	(59.184)	8,6%
Variação Monetária	(40.388)	(89.035)	-54,6%
Outros	(3.408)	(813)	319,2%

No exercício de 2017 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 158,1 milhões de despesas líquidas, uma redução de 23,7% em relação ao exercício de 2016. Esta redução ocorreu principalmente em razão dos menores dispêndios com despesas financeiras, devido às variações dos indexadores (TJLP e IPCA) em relação ao ano anterior, além da diminuição do volume principal da dívida (amortizações do período).

LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	2017	2016	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(205.907)	(142.610)	44,4%

O resultado líquido do exercício de 2017 foi 44,4% inferior comparado ao ano anterior e totalizou prejuízo de R\$ 205,9 milhões. Conforme pode ser verificado no gráfico abaixo, o resultado operacional foi impactado por efeitos não operacionais, sendo alguns deles não caixa.



DISPONIBILIDADE & ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	2017	2016	▲
Dívida Líquida	(1.505.215)	(1.566.675)	-3,9%
Disponibilidades	41.531	20.881	98,9%
Caixa e equivalentes de caixa	41.150	20.881	97,1%
Aplicações Financeiras ¹	381	-	n.m.
Dívida Bruta	1.546.746	1.587.556	-2,6%
Curto Prazo	159.038	154.595	2,9%
Empréstimos e Financiamentos	141.779	140.223	1,1%
Debêntures	22.408	18.540	20,9%
(-) Encargos Financeiros	(5.149)	(4.168)	23,5%
Longo Prazo	1.387.708	1.432.961	-3,2%
Empréstimos e Financiamentos	467.638	571.806	-18,2%
Debêntures	960.137	907.516	5,8%
(-) Encargos Financeiros	(40.067)	(46.361)	-13,6%
Dívida Líquida Ajustada²	(1.550.431)	(1.617.204)	-4,1%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado comprometidos

² Div Líquida Ajustada - desconsidera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros

No exercício de 2017, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida de R\$ 1,5 bilhão, representando uma diminuição de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução ocorreu em função do fluxo normal de amortização da dívida da Companhia aliado a um aumento nas disponibilidades.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2017	2016	▲
Investimento Total	195.046	116.715	67,1%
Imobilizado	1.106	463	138,9%
Intangível	194.530	115.412	68,6%
Software e Outros	316	914	-65,4%
Direito de Concessão (Investimento)	194.214	114.498	69,6%
(-) Transação Não Caixa	(2.513)	(313)	702,9%
(-) Margem de Construção	1.923	1.153	66,7%

Em 2017 foram investidos R\$ 195,0 milhões, destinados principalmente à execução de obras de duplicação, de implantação/melhorias de dispositivos de entroncamento e melhorias no sistema viário. A variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de obras da concessão.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

AUDITORIA INDEPENDENTE

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações contábeis da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, poder concedente, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Bauru/SP, 19 de março de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS**1.a) Operações da Companhia**

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido pelo Edital nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381, no entroncamento com a SP-327, Km 32, Ourinhos; final do trecho no Km 654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 duas novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de

pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Em 31 de dezembro de 2017, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$157.422 (R\$145.992 em 31 de dezembro de 2016), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$159.038.

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento gradual do equilíbrio do seu capital circulante líquido. Caso a geração de caixa operacional não seja suficiente, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.b) Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da operação “Lava Jato” foi realizada na sede da controladora INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 19 de março de 2018.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável

a) Receitas de serviço

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 30 – Receitas (IAS 18). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de reposição estocada no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.12. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Receitas Financeiras	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o

Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e conseqüentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa do imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas

financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um

determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.19. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses

ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.20. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.22. Normas, Alterações e Interpretações de normas

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidas pelo IASB:

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduz novos requerimentos de classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9/CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária não prevê impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9/CPC 48, onde aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida das contas a receber.

Até as análises mais recentes, a Companhia e suas controladas estimam que não haverá impactos relevantes pela mudança de modelo de perdas incorridas para perdas esperadas.

- IFRS 15/CPC 47 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo contendo 5 passos a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas ao valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma substitui a IAS 18/CPC 30(R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17(R1) - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Administração avaliou suas receitas tarifárias e não tarifárias e concluiu que as novas orientações do IFRS 15/CPC 47 não trarão impactos no reconhecimento das receitas da Companhia e suas controladas, uma vez que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações são tratadas como revisão do CPC 06.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Indexador	<u>31/12/2017</u>	Indexador	<u>31/12/2016</u>
Caixa e Bancos		5.041		2.713
Aplicações Financeiras				
CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado CDI	75% a 95%	<u>36.490</u>	95% a 100,5%	<u>18.168</u>
		<u>41.531</u>		<u>20.881</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2017 as aplicações ficaram indexadas a taxa de 75 a 95% do CDI (95% a 100,5% em 31 de dezembro de 2016).

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AVI (*)	17.482	16.852
Vale pedágio	868	712

Locação de fibra óptica	303	246
Outros	813	1.450
Subtotal	19.466	19.260
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (**)	(835)	(1.608)
Total	18.631	17.652

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 18 dias.

(**) A PECLD é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). São consideradas em PECLD valores vencidos há mais de 30 dias referentes a violadores, compensações de passagens e perdas relativas à pista AVI. É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após vencidos há mais de seis meses do reconhecimento do crédito.

	Total	Perdas estimadas pra crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução de valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2017	18.631	(835)	17.858	796	31	158	-	154	149	320
31 de dezembro de 2016	17.652	(1.608)	16.044	1.308	371	282	300	285	150	520

	31/12/2017	31/12/2016
Movimentação da PECLD		
Saldo no início do exercício	(1.608)	(1.256)
Adições	(1.764)	(2.404)
Reversões	2.537	2.052
Saldo no fim do exercício	(835)	(1.608)

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF - aplicações financeiras	3.153	3.497
Outros	-	1
Total	3.153	3.498

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão

demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal	58.807	154.255
Base negativa da contribuição social	21.171	55.532
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	341
Participações nos lucros e resultados (PLR)	-	404
Provisão para riscos processuais	-	284
Provisões não dedutíveis	-	948
Provisão de manutenção (*)	-	16.911
Margem de construção (*)	(8.973)	(9.395)
Amortização de direito de concessão (*)	(49.260)	(51.578)
Custo de captação de debêntures (*)	(15.395)	(17.180)
Margem de construção (Lei 12.973)	<u>(1.488)</u>	<u>(884)</u>
	<u>4.862</u>	<u>149.638</u>
Impostos Diferidos – Ativo	79.978	228.675
Impostos Diferidos – Passivo	(75.116)	(79.037)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção e amortização do direito de concessão, são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$ 228 pelo prazo da concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. A provisão de manutenção e o custo de captação são realizados conforme o prazo da conclusão da obra e do financiamento, respectivamente.

Em 2017, a CART realizou a baixa pela expectativa de não realização dos impostos diferidos ativos no montante de R\$ 148.697. Desta forma, o saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias totalizam o montante de R\$ 283.081 (R\$118.101 em 31 de dezembro de 2016).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/12/2017</u>
2020	636
2022	4.335
2023 a 2025	18.881
2026 e 2027	<u>56.125</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	79.977
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(75.116)</u>
Total dos impostos diferidos	<u><u>4.861</u></u>

c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS e COFINS	1.240	1.144

ISS	1.951	1.783
IRRF e CSRF	364	692
INSS sobre terceiros	237	150
Total circulante	<u>3.792</u>	<u>3.769</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	31/12/2017	31/12/2016
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(61.130)	(145.153)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	20.784	49.352
Adições permanentes	(579)	(1.610)
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	(148.697)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(16.284)	(45.199)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(144.776)</u>	<u>2.543</u>

6. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	10	6.075	101		6.176
Móveis e utensílios	10	3.836	139	(56)	3.919
Veículos	5	3.580	128	(122)	3.586
Equipamentos de informática	5	38.626	731	(1)	39.356
Ferramentas e aparelhos	5	320	7		327
		<u>52.601</u>	<u>1.106</u>	<u>(179)</u>	<u>53.528</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(32)	(6)		(38)

Máquinas e equipamentos	(4.722)	(456)		(5.178)
Móveis e utensílios	(3.257)	(349)	56	(3.550)
Veículos	(2.094)	(641)	87	(2.648)
Equipamentos de informática	(32.919)	(2.242)		(35.161)
Ferramentas e aparelhos	(295)	(18)		(313)
	<u>(43.319)</u>	<u>(3.712)</u>	<u>143</u>	<u>(46.888)</u>
Imobilizado líquido	<u>9.282</u>	<u>(2.606)</u>	<u>(36)</u>	<u>6.640</u>

	Vida útil	Saldo em		Saldo em	
	em anos	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	10	5.809	266	-	6.075
Móveis e utensílios	10	3.995	-	(159)	3.836
Veículos	5	3.546	34	-	3.580
Equipamentos de informática	5	38.741	163	(278)	38.626
Ferramentas e aparelhos	5	320	-	-	320
		<u>52.575</u>	<u>463</u>	<u>(437)</u>	<u>52.601</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(25)	(7)	0	(32)
Máquinas e equipamentos		(3.847)	(875)	0	(4.722)
Móveis e utensílios		(2.974)	(442)	159	(3.257)
Veículos		(1.439)	(655)	-	(2.094)
Equipamentos de informática		(30.404)	(2.785)	270	(32.919)
Ferramentas e aparelhos		(272)	(23)	0	(295)
		<u>(38.961)</u>	<u>(4.787)</u>	<u>429</u>	<u>(43.319)</u>
Imobilizado líquido		<u>13.614</u>	<u>(4.324)</u>	<u>(8)</u>	<u>9.282</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de ajuste para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer ajuste para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

7. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	10.397	316	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.900.803	194.214	(1.426)	2.093.591
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		<u>2.545.220</u>	<u>194.530</u>	<u>(1.426)</u>	<u>2.738.324</u>
<u>Amortização</u>					
Software		(7.663)	(1.042)	-	(8.705)
Marcas e patentes		(11)	(2)	-	(13)
Direito de concessão		(283.869)	(71.195)	185	(354.879)
Outorga fixa		(164.100)	(21.133)	-	(185.233)
Amortização acumulada		<u>(455.643)</u>	<u>(93.372)</u>	<u>185</u>	<u>(548.830)</u>
Intangível líquido		<u>2.089.577</u>	<u>101.158</u>	<u>(1.241)</u>	<u>2.189.494</u>

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	9.483	914	-	10.397
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.786.797	114.498	(492)	1.900.803
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		<u>2.430.300</u>	<u>115.412</u>	<u>(492)</u>	<u>2.545.220</u>
<u>Amortização</u>					
Software		(6.513)	(1.150)	-	(7.663)
Marcas e patentes		(10)	(1)	-	(11)
Direito de concessão		(215.938)	(68.045)	114	(283.869)
Outorga fixa		(142.966)	(21.134)	-	(164.100)
Amortização acumulada		<u>(365.427)</u>	<u>(90.330)</u>	<u>114</u>	<u>(455.643)</u>
Intangível, líquido		<u>2.064.873</u>	<u>25.082</u>	<u>(378)</u>	<u>2.089.577</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01(R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de ajuste para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de ajuste para redução do valor do ativo intangível em 31 de dezembro de 2017.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

	31/12/2015(*)	Captação	Amortização do principal	Juros pagos	Juros incorridos	Variação monetária	Transferências	31/12/2016
Passivo circulante (*)								
Sênior - BNDES - TJLP	521.006	-	(78.833)	(40.289)	40.083	6.828	(368.386)	80.409
Sênior - BNDES - IPCA	380.715	-	(36.894)	(53.114)	30.785	20.494	(282.553)	59.433
Conta garantida - Bradesco	-	30.000	(29.992)	(4.777)	5.150	-	-	381
Subtotal	<u>901.721</u>	<u>30.000,00</u>	<u>(145.719)</u>	<u>(98.180)</u>	<u>76.018</u>	<u>27.322</u>	<u>(650.939)</u>	<u>140.223</u>
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	-	-	-	-	-	-	368.386	368.386
Sênior - BNDES - IPCA	-	-	-	-	-	-	282.553	282.553
Subtotal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>650.939</u>	<u>650.939</u>
Aplicações financeiras vinculadas (**)	(83.113)							(79.133)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	<u>818.608</u>							<u>712.029</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da dívida encontra-se totalmente no circulante em função do não atendimento das cláusulas restritivas, com o reestabelecimento dos índices financeiros, em 31 de dezembro de 2016, a dívida foi transferida para longo prazo.

(**) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015. As aplicações financeiras no montante de R\$73.421 em 31 de dezembro de 2017 (R\$79.133 em 31 de dezembro de 2016) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015.

	Taxa	Indexador	Vencimentos	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com BNDES	90% a 95%	CDI	Abr/17 a Nov/19	73.421	79.133

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 90% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 95,0% a 102,5% do CDI).

BNDES

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2017</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	137.530
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	109.395
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	126.158
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	83.948
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>225.588</u>
Subtotal				<u>682.619</u>
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(73.421)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>609.198</u>
Parcelas do circulante				141.560
Parcelas do não circulante				541.059

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	177.927
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	88.939
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	39.902
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	142.028
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	95.226
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	246.759
Subtotal				790.781
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(79.133)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>711.648</u>
Parcelas do circulante				139.842
Parcelas do não circulante				650.939

(*)Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

1 - BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2017 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2016), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros da Companhia foram atendidas.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

2 - Conta Garantida

A Companhia possui conta garantida no Bradesco no limite de R\$30.000, sobre o montante da dívida incidem juros à taxa CDI + 0,5% a.m. Em 31 de dezembro de 2017, o montante no passivo circulante é de R\$219.

9. DEBÊNTURES

Descrição	31/12/2016	Custo de captação amortizado	Juros incorridos	Amortização principal	Juros pagos	Transferência	31/12/2017
Passivo circulante							
Debêntures	22.708	-	58.946	(20.543)	(59.380)	20.207	22.408
Custos a amortizar	(4.168)	5.313	-	-	-	(6.294)	(5.149)
Total	18.540	5.313	58.946	(20.543)	(59.380)	13.913	17.259
Passivo não circulante							
Debêntures	960.773	-	-	-	-	(20.207)	967.243
Custos a amortizar	(46.361)	-	-	-	-	6.294	(40.067)
Total	914.412	-	-	-	-	(13.913)	927.176
Total geral	932.952	5.313	58.946	(20.543)	(59.380)	-	944.435
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(6.896)						(7.105)
Debêntures líquidas	926.056						937.330

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2017
-		-	-	-
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	501.400
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	488.251
(-) Custos de transação - Debêntures		-	-	(45.216)
Subtotal		-	-	944.435
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)		-	-	(7.105)
Debentures líquidas		-	-	937.330
Parcelas do circulante		-	-	17.259
Parcelas do não circulante		-	-	927.176

Descrição	31/12/2015	Custo de captação amortizado	Juros incorridos	Amortização principal	Juros pagos	Transferência	31/12/2016
Passivo circulante							
Debêntures	11.628	-	58.704	(9.991)	(58.350)	19.457	22.708
Custos a amortizar	(3.055)	480	-	-	-	(1.593)	(4.168)
Total	8.573	480	58.704	-9.991	58.350	17.864	18.540
Passivo não circulante							
Debêntures	919.777	-	-	-	-	(19.457)	960.773
Custos a amortizar	(47.954)	-	-	-	-	1.593	(46.361)
Total	871.823	-	-	-	-	(17.864)	914.412
Total geral	880.396	480	58.704	(9.991)	(58.350)	-	932.952
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(5.914)						(6.896)
Debêntures líquidas	874.482						926.056

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2016</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	498.269
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	485.212
(-) Custos de transação - Debêntures				(50.529)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(6.896)
Debentures líquidas				<u>926.056</u>
Parcelas do circulante				18.540
Parcelas do não circulante				914.412

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$7.105 em 31 de dezembro de 2017 (R\$6.896 em 31 de dezembro de 2016) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 90% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2016, a taxa de 99% do CDI).

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(**) Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado Compromissadas com Debêntures	90%	CDI	Dez17 a Nov/19	7.105	6.896

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2017.

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2019	20.580
2020	51.449
2021	123.478
2022 a 2024	<u>771.736</u>
	967.243

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$45.216 (R\$50.529 em 31 de dezembro de 2016).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2018	(5.149)
2019	(6.118)
2020	(7.221)
2021	(8.067)
2022 a 2024	(18.662)
	<u>(45.216)</u>

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros da Companhia foram atendidas.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

10. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2017</u>		
	<u>Probabilidade de Perda</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	3.986	15.215	19.201
Cíveis	2.345	29.413	31.758
Total	<u>6.331</u>	<u>44.628</u>	<u>50.959</u>

<u>Natureza</u>	31/12/2016		
	Probabilidade de Perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	2.404	13.767	16.262
Cíveis	2.215	36.720	39.048
Total	4.619	50.487	55.310

b) Movimentação dos riscos prováveis

	Saldo inicial 31/12/2016	Adições	Reversões	Saldo final 31/12/2017
Trabalhistas	2.404	1.799	(217)	3.986
Cíveis	2.215	2.785	(2.655)	2.345
Total	4.619	4.584	(2.872)	6.331

	Saldo inicial 31/12/2015	Adições	Reversões	Saldo final 31/12/2016
Trabalhistas	676	1.897	(169)	2.404
Cíveis	1.656	966	(407)	2.215
Total	2.332	2.863	(576)	4.619

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$3.986 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.404 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado R\$15.215 em 31 de dezembro de 2017 (R\$13.767 em 31 de dezembro de 2016).

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.345 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.215 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$29.413 em 31 de dezembro de 2017 (R\$36.720 em 31 de dezembro de 2016), detalhamos abaixo as principais causas:

- a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito

civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 2.322.

- c) Em 25 de outubro de 2016, o Ministério Público Estadual (GAEMA) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2012 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna. A CART foi citada em 19 de julho de 2017 e apresentou defesa em 30 de agosto de 2017. Em 17 de outubro de 2017, houve juntada da réplica pelo Ministério Público Estadual.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.450.

- d) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial e parte relacionada), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os

pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000. Tanto a CART quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o corpo de árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A. firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral. Até a data de autorização destas demonstrações contábeis não foram apresentadas as alegações iniciais pela requerente (OAS) e, portanto, a administração da CART avalia que somente com as evidências apresentadas durante o curso do processo arbitral seus advogados terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da Requerente, pois, nesse momento, não há elementos suficientes para essa avaliação.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Partes Relacionadas	Transação	Relação da parte com a Companhia	Ativo		Passivo		Resultado	
			31/12/2017		31/12/2017		31/12/2017	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa	Receita
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	4	-	-	-	-	4
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-	-
GRU - AIRPOT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-	-
INVE PAR (*)	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	15.585	-	(11.176)	-
			<u>4</u>	<u>520</u>	<u>15.585</u>	<u>143</u>	<u>(11.176)</u>	<u>4</u>

Ativo

Passivo

Resultado

Partes Relacionadas	Transação	Relação da parte com a Companhia	31/12/2016		31/12/2016		31/12/2016	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Despesa	Receita
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	26	-	-	100	-	26
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-	-
GRU - AIRPOT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-	-
INVE PAR (*)	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	4.409	-	(8.225)	26
			<u>26</u>	<u>520</u>	<u>4.409</u>	<u>143</u>	<u>(8.225)</u>	<u>26</u>

(*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$3.749.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período / exercício.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pró-labore	1.206	1.535
Bônus variáveis	896	688
Encargos	420	445
Outros benefícios	198	<u>272</u>
	<u>2.720</u>	<u>2.940</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

12. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação

da prestação de serviço prevista no contrato.

<u>Receita diferida</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Infraestrutura de telecomunicação	51.703	53.040
Outros	321	243
	<u>52.024</u>	<u>53.283</u>
Circulante	8.483	7.538
Não circulante	43.541	45.745

13. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é:

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/12/2017</u>
Não circulante	76.641	17.731	94.372
Total	<u>76.641</u>	<u>17.731</u>	<u>94.372</u>

A taxa real para cálculo do valor presente para os projetos provisionados até 31 de dezembro de 2017 é de 9,16% a.a.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito da Companhia era de R\$1.180.000, sendo, R\$1.162.500 integralizadas e R\$17.500 a integralizar, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

Em 15 de abril de 2017 foi integralizado o aporte de capital no montante de R\$ 17.500 representados por 76.460 ações, sendo 38.230 ações preferenciais e 38.230 ações ordinárias.

Dessa forma em 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.180.000, representados por 2.606.962.454 ações, sendo 1.303.481.227 ações preferenciais e 1.303.481.227 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de

participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
INVEPAR	<u>205.000</u>	<u>-</u>
	205.000	-

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pela Administração da INVEPAR em 22 de fevereiro de 2017.

15. RECEITAS POR NATUREZA

<u>RECEITA POR NATUREZA</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta de pedágio	329.869	309.101
Receitas acessórias	37.654	10.922
Receita de construção	194.214	114.498
Impostos e deduções	<u>(33.463)</u>	<u>(28.072)</u>
	528.274	406.449

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e encargos	(41.682) -	(42.967)
Conservação e manutenção	(26.676) -	(29.980)
Seguros e garantias	(2.939) -	(2.716)
Serviços de terceiros	(13.284) -	(12.313)
Veículos	(4.899) -	(5.275)
Consultoria e assessoria	(3.212) -	(3.787)
Aluguéis e impostos	(336) -	(994)
Energia elétrica	(2.077) -	(2.351)
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e provisão para riscos	(942) -	(2.639)
Partes relacionadas	(10.675) -	(8.225)
Provisão de manutenção	(17.731) -	(8.837)
Outorga variável	(5.513) -	(4.800)
Depreciação e amortização	(97.084) -	(95.117)
Custo de construção	(192.291) -	(113.345)
Outros	(11.915)	(11.038)
	<u>(431.256)</u>	<u>(344.384)</u>
Custo de serviços prestados	(201.476)	(192.691)
Custo de construção	(192.291)	(113.345)
Despesas gerais e administrativas	(36.659)	(39.909)
Outras receitas (despesas) operacionais	(830)	1.561
	<u>(431.256)</u>	<u>(344.384)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de aplicação financeira	11.186	17.832
	11.186	17.832
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	(61.279)	(76.018)
Juros sobre debêntures	(64.259)	(59.184)
Variação monetária – BNDES/Debêntures	(40.388)	(89.035)
Outras	(3.408)	(813)
	<u>(169.334)</u>	<u>(225.050)</u>
Resultado financeiro líquido	(158.148)	(207.218)

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(28.604)	(28.604)	(57.207)	(71.305)	(71.305)	(142.610)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>1.303.481</u>	<u>1.303.481</u>	<u>2.606.962</u>	<u>1.070.477</u>	<u>1.070.477</u>	<u>2.140.956</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,022)	(0,022)		(0,067)	(0,067)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 7, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$470 (R\$437 em 31 de dezembro de 2016).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$5.480 (R\$4.778 em 31 de dezembro de 2016) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$43.175. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$139.534. Vigência de 12 meses.

20. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$ 43.175	16/03/2017 a 16/03/2018	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$139.534	16/03/2017 a 16/03/2018	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$100.000	01/08/2017 a 01/08/2018	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$280.000	01/08/2017 a 01/08/2018	Tokio Marine	(d)
D&O	R\$100.000	20/03/2017 a 20/03/2018	XL Seguros	-
Frota	110 % FIPE	24/08/2017 a 24/08/2018	Sompo S/A	

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	41.531	-	20.881	-
Partes relacionadas	-	524	-	546
Créditos a receber	-	18.631	-	17.652
Total do ativo	<u>41.531</u>	<u>19.155</u>	<u>20.881</u>	<u>18.198</u>
<u>Passivos</u>				
Fornecedores	-	28.465	-	7.369
Partes relacionadas	-	15.728	-	4.552
Obrigações com empregados e administradores	-	8.596	-	-
Empréstimos e financiamentos (**)	-	682.839	-	791.162

Debêntures (**)	-	944.435	-	932.952
Aplicação financeira - compromissada (*)	-	(80.526)	-	(86.029)
Obrigações com poderes concedentes	-	470	-	437
Total do passivo	-	<u>1.600.007</u>	-	<u>1.650.443</u>

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 8 e 9).

(**) Líquido do custo a amortizar

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de dezembro de 2017 tinham o valor de R\$906.012 (R\$ 978.247 em 31 de dezembro de 2016).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros(*)	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalente de Caixa	5.040	-	-	-
Aplicações financeiras	36.491	-	143.681	-
Total	41.531	-	143.681	-

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros(*)	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Debêntures	906.012	-	906.012	-
Total	906.012	-	906.012	-

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros(*)	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	80.526	-	80.526	-
Total	80.526	-	80.526	-

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros(*)	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalente de Caixa	2.713	-	2.713	-
Aplicações financeiras	18.168	-	18.168	-
Total	20.881	-	20.881	-

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Debêntures	978.247	-	978.247	-
Total	978.247	-	978.247	-

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros(*)	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	86.029	-	86.029	-
Total	86.029	-	86.029	-

(*) Registrado no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 8 e 9).

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além

do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Ativo financeiro			
CDI	9,78%	7,34%	4,89%
Passivo financeiro			
IPCA	2,95%	3,69%	4,43%
TJLP	7,12%	8,90%	10,68%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

a) Ativo financeiro

Operação	Risco	Base	Cenário		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicação financeira (**)	DI	2.649	259	194	130
Aplicação financeira (**)	DI	38.882	3.803	2.852	1.901

a) Passivo financeiro (*)

Operação	Risco	Base	Cenário		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Debêntures	IPCA	967.243	28.534	35.667	42.801
BNDES	TJLP	373.084	26.564	33.204	39.845
BNDES	IPCA	309.536	9.131	11.414	13.697

(*) O cálculo da sensibilidade é acrescido de Spread.

(**) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 8 e 9).

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas

estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta valores a receber de R\$19.466 sendo que os valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, representam 84,15% deste, ou seja, R\$16.380, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber” (R\$19.260 em 31 de dezembro de 2016, sendo 83,71% com a CGMP, ou seja, R\$16.123). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

g) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

h) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2017, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis, devido à sua natureza de curto prazo.

i) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>Inferior a um ano</u>	<u>Um a três anos</u>	<u>Três a cinco anos</u>	<u>Superior a cinco anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e Financiamentos	141.560	327.727	142.917	73.808	686.012
Debêntures	17.259	195.507	463.042	308.695	989.652
Fornecedores	28.465	-	-	-	28.465
<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>Inferior a um ano</u>	<u>Um a três anos</u>	<u>Três a cinco anos</u>	<u>Superior a cinco anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e Financiamentos	140.223	353.579	163.305	134.055	791.162
Debêntures	18.540	71.521	303.650	539.241	932.952
Fornecedores	7.369	-	-	-	7.369

j) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos e financiamentos	682.838	791.162
Debêntures	944.435	932.952
Caixa e equivalentes de caixa	(2.649)	(2.713)
Aplicações financeiras – vinculadas (*)	(38.882)	(18.168)
Aplicações financeiras – vinculadas (*)	<u>(80.526)</u>	<u>(86.029)</u>
Dívida líquida	1.505.216	1.617.204
Patrimônio líquido	678.115	512.824
Endividamento líquido	<u><u>2.183.331</u></u>	<u><u>2.130.028</u></u>

(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 8 e 9).

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	2.513	313

23. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu o montante de R\$194.214 (vide Nota explicativa nº 15), como receita de construção, (R\$114.498 em 31 de dezembro de 2016) e como margem de construção de R\$1.923 (R\$1.153 em 31 de dezembro de 2016).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.093.591 (R\$1.900.803 em 31 de dezembro de 2016).

